



**NARRANDO DA BOCA PRA FORA: HISTÓRIAS, SIGNIFICAÇÃO E
FILOSOFIA DA LINGUAGEM NA LEITURA DE BRUNER¹**

**NARRATING OF THE MOUTH TO OUT: STORIES, MEANING AND
PHILOSOPHY OF LANGUAGE IN READING BRUNER**

Liana de Andrade Biar*

Doutora em Estudos da Linguagem/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Professora do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais CEFET/RJ
E-mail: lianabiar@gmail.com
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Liliana Cabral Bastos

Pós Doutora em Letras Harvard University
Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
E-mail: lcbastos@gmail.com
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

*Endereço: Liana de Andrade Biar

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Pós-Graduação Lato Sensu em Letramentos(s) e Práticas Educacionais. Avenida Maracanã - até 298/299, Maracanã, CEP: 20.271110 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 28/05/2013. Última versão recebida em 16/06/2013. Aprovado em 17/06/2013.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review (revisão de admissão) pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

¹ Este trabalho deve sua inspiração original nas reflexões e leituras do curso *Introdução à Semântica*, ministrado em 2009 pela Prof. Dra. Helena Martins no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

RESUMO

Disciplinas nascidas na contemporaneidade, como é o caso das análises de discurso, se apoiam, cada vez mais, no diálogo interdisciplinar com a sociologia, a antropologia e a psicologia social, buscando, nelas, subsídios para entender a emergência dos discursos nas interações sociais, e para dar conta de como esses discursos fazem sentido no interior de tais práticas linguístico-culturais. Neste ensaio, objetivo refletir acerca do trabalho do psicólogo social Jerome Bruner (1990), que explora a construção das narrativas cotidianas como uma prática cultural frequente e básica na vida humana. Crucialmente, busco explicitar as crenças sobre uso de linguagem e interpretação de discurso que subjazem ao seu trabalho, atribuindo-lhes certas adesões tácitas a posições caras às principais polêmicas sobre o sentido e apontando, ainda, as ascendências filosóficas de tais posições.

Palavras-chave: narrativa; interação; significado; identidade.

ABSTRACT

Disciplines associated to post-modern studies, such as different fields of discourse analysis, have been granting increasing importance to the interdisciplinary dialogue with sociology, anthropology and social psychology, in order to understand the emergence of discourse in social interactions and account for the way these discourses make sense in the interior of linguistic and cultural practices. In this essay, I aim to reflect on the work of the social psychologist Jerome Bruner (1990), which explores the emergence of oral narratives as a basic and frequent practice of human culture. In particular, I aim to make explicit Bruner's underlying beliefs about language usage and discourse interpretation, revealing his tacit positions in the ongoing debate on the nature of meaning as well as identifying his philosophical background.

Keywords: narrative; interaction; meaning; identity.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

A virada pragmática que marca a contemporaneidade impôs de modo crescente às ciências humanas em geral, e aos estudos da linguagem em particular, uma atenção maior à questão da significação que emerge das práticas sociais. À parte as empreitadas que, desde a fundação da Linguística como ciência, e em favor de tal estatuto, buscam generalizações abstraídas da multiplicidade, heterogeneidade e porosidade alegadamente superficiais, mas que sabidamente marcam a utilização concreta da linguagem, parece que cada vez mais o sentido é tomado em sua complexidade, como algo que é constantemente atualizado e negociado situadamente para atender a contingências sócio-históricas e culturais, que extrapolam uma apreensão reducionista do uso da linguagem como atividade meramente comunicativa, baseada em troca de informações.

Seguindo esse caminho, disciplinas nascidas na contemporaneidade, como é o caso das análises de discurso, se apoiam, cada vez mais, no diálogo interdisciplinar com a sociologia, a antropologia e a psicologia social, buscando, nelas, subsídios para entender a emergência dos discursos nas interações sociais, e para dar conta de como esses discursos fazem sentido no interior de tais práticas linguístico-culturais. O apoio interdisciplinar parece ser necessário porque, antes de tudo, analisar a linguagem como prática cultural requer reconhecer o que são essas práticas. A história sobre como passamos a compreender e interpretar discursos acompanha a história sobre como as ciências humanas acessam e atribuem sentido às ações sociais.

Percebe-se no caminho percorrido pelas pesquisas sociais de intenção qualitativa um rastro bem próximo àquele também deixado pelas reflexões acerca do significado. A virada pragmática impôs, também para as ciências sociais, uma revisão de seus métodos. As áreas que se dedicam a investigações sobre cultura, por exemplo, foram inauguradas por pesquisas estruturalistas como as de Claude Lévi-Strauss e Bronislaw Malinowski, baseadas na observação alegadamente objetiva e na abstração de sistemas estáveis que eliminavam arestas, contradições e descontinuidades típicas da vivência social. Aos poucos, essas pesquisas foram cedendo espaço ao interpretativismo (sobretudo GEERTZ, 1976, 1979), um segundo movimento que apresentava como contraponto justamente a crença na impossibilidade de generalização, tipificação e objetividade caras ao projeto etnográfico clássico. Um ponto essencial dessa proposta é a ideia de que toda ação social é significativa, mas que este significado é por vezes irrecuperável pela observação distanciada: caberia ao investigador-interpretante captar a intenção subjetiva por detrás da ação dos atores sociais, num ato de

“reestabelecimento psicológico”, que recuperasse, por fim, o sentido da ação social numa perspectiva êmica.

Uma crítica comum (cf. SCHWANDT, 2006) a esse tipo de observação “empática” seria o caráter ingênuo da aposta na possibilidade de se captar do intérprete seu próprio subjetivismo e circunstâncias históricas para então acessar o modo como o ator social compreende o mundo (na metáfora de Geertz, “espiar por sobre os ombros do ator”). Em outras palavras, trata-se de uma forma de compreensão realizada por um intérprete-investigador sobre um objeto aparente, não mais para produzir sistemas estáveis, é verdade, mas para alcançar um “fundo”, uma instância oculta e real (a subjetividade, a intenção) a ser desvelada.

Embora já se note, desde a emergência desse tipo de estudo, uma eleição do encontro social face a face, e dos discursos verbais e não-verbais que dele emergem, como *locus* privilegiado de investigação da sociedade – o infinitamente pequeno, nas palavras de Bourdieu (2004) –, são os encaminhamentos teóricos “micro” da Fenomenologia, do Interacionismo Simbólico e da Etnometodologia, que potencializarão essa tendência e, o mais importante, romperão com as fronteiras entre o senso-comum e o conhecimento especializado, passando a considerar como o “mundo social” não os significados ocultos desvelados pelo analista, mas própria vida cotidiana observável, e o domínio sobre a mesma que os atores *demonstram* diariamente em suas práticas. Em outras palavras, o mundo social passa a ser descrito *pele* que os atores fazem e o que *demonstram* conhecer para realizar suas ações; a “superfície” é o único objeto apreensível ao analista, e nota-se agora uma confiança nela. Tal confiança é, no entanto, sensível à porosidade e ao caráter contingente do mundo social; daí a necessidade de se flagrar no discurso uma situação. É pelo discurso cotidiano e institucional que esse domínio das regras sociais aparece mais explicitamente e de maneira apreensível².

Informados especialmente por este terceiro momento das ciências sociais, estão os estudos de discurso da sociolinguística interacional e, dentre as variações que essa disciplina contempla, a análise de narrativas tem recebido atenção crescente.

² Também cara à virada linguística nas ciências sociais é a tomada de consciência do pesquisador sobre a descrição que realiza: é a *sua* experiência de interação com o objeto que está sendo descrito -- função poética, portanto, e não referencial. Isso quer dizer que os dados não falam por si, nem descrevem uma realidade. Assume-se que o tipo de conhecimento produzido no texto etnográfico é de uma pessoa, que, de dentro de determinações identitárias e contextuais, olha o objeto de uma perspectiva própria (aspecto não contemplado por Bruner e seu texto-tema deste trabalho). Para as versões mais radicalmente construcionistas - e não creio que este seja o caso de Bruner, daí o fato disto estar dito em nota – construcionistas (ou céticas) dos estudos culturais, fazer ciência social é ensaiar e tornar pública uma interpretação que só se valida retoricamente (uma vez que não se admite um parâmetro de real como medida) enquanto passo para construção de um argumento a serviço de questões políticas, éticas e afetivas.

Os estudos das narrativas orais em contextos espontâneos e institucionais estão majoritariamente interessados em mecanismos de construção de identidade. Fundamentados na retórica pós-moderna, já lugar-comum, da rarefação identitária do sujeito, a ideia que permeia grande parte dos estudos é a de que, nas histórias que contam, os atores sociais organizam o mundo a sua volta e posicionam-se avaliativamente quanto aos personagens, objetos e ações narradas, e, em função disso, contingencialmente estabilizam um *self*, agora sim passível de análises – porque está fotografado (MOITA LOPES, 2002) – sensíveis a sua complexidade.

Deixadas de lado, por ora, as discussões sobre identidade, as narrativas, definidas como um modo de recapitular experiências passadas, têm sido estudadas em termos de sua estrutura sintática (LABOV & WALETZKY, 1968; LABOV, 1972) e sua emergência em contextos interacionais diversos (MISHLER, 2001; SACKS, 1984; GARCEZ, 2001). Neste trabalho, objetivo refletir sobre um dos trabalhos mais relevantes dessa segunda tendência campo, o de Bruner (1990), que explora a construção das narrativas cotidianas como uma prática cultural frequente e básica na vida humana. Conforme explorarei mais adiante, Bruner vê as narrativas não como um discurso que conta o real, mas que está a serviço do que é culturalmente aceito. Resumidamente, a ideia Bruner é que as narrativas transformam eventos, por vezes extraordinários e contraditórios, em histórias que se conformam às expectativas do grupo em termos de forma e conteúdo.

Procuro também explicitar, tentativamente, a partir do ponto de vista defendido por Bruner, as crenças sobre uso de linguagem e interpretação de discurso que parecem subjazer ao seu trabalho, atribuindo-lhes certas adesões tácitas a posições caras às principais polêmicas sobre o sentido, arriscando, ainda, apontar as ascendências filosóficas de tais posições.

2 NARRATIVA, INTERAÇÃO E PRÁTICA CULTURAL

Contamos histórias cotidianamente porque esse é um costume; porque é normal (na acepção sociológica do termo) fazê-lo. De acordo com Bruner, e com o aval de outros pesquisadores que se dedicam à estrutura e emergência das narrativas em contextos espontâneos (por exemplo, SACKS, 1984; GARCEZ, 2001; MISHLER, 2001 entre outros), contar histórias tem uma centralidade cultural que não deve ser subestimada.

As observações sobre essa prática conjugam dois fatos observáveis: (i) o ato de contar histórias é socialmente estruturado (sob a forma de um costume) e (ii) o “saber” do ator social

no que diz respeito a esse processo é parte do repertório de saberes essenciais para o juízo de normalidade aferido por parte do grupo do qual ele faz parte.

Sendo tão frequentes e elementares, as narrativas são, no entanto, altamente regradas, tendo essas regras implicações sobre: em que situações são permitidas/requeridas as histórias; o que pode ou não ser contado em uma situação social e sobre sua estrutura retórica típica e sobre o modo como a experiência contada será distribuída entre os atores sociais que puderam ouvi-la (a esse respeito ver SACKS, 1984).

Todo esse saber que parece inerente à capacidade, que certamente todos temos, de contar histórias, estaria conformado ao princípio já mencionado, segundo o qual o que fazemos em sociedade reflete nossa habilidade de ser comum; constitui-se em um trabalho, um esforço, do qual poderíamos falar naturalmente se nos fosse perguntado e do qual lançamos mão, os falantes e os ouvintes, para demonstrar que sabemos o que vale para ser normal (também SACKS, 1984).

Uma das principais consequências de se entender a narrativa como uma prática cultural é que passamos a concebê-la como algo destituído de uma função fundamentalmente informacional. Esse é um dos pontos centrais deste trabalho. O efeito pragmático das narrativas, ou efeito de seu uso, é, antes, afetivo, relativo ao reconhecimento dos atores como membros de uma cultura, de uma comunidade de prática, de uma família... Isso se relaciona muito proximamente à teoria de Georg Simmel, um dos fundadores do interacionismo simbólico (também uma microsociologia que habita o terceiro movimento das ciências sociais explicitado acima), para quem a conversa cotidiana espontânea – e naturalmente as histórias que dela emergem – é a pedra sociológica fundamental, que se caracteriza justamente pela falta do propósito de informar; pelo desejo de “estar com”, segundo ele, a forma mais básica de sociação. Nas palavras de Garcez (2001): “se contar histórias é preciso, é preciso, antes de mais nada, contá-las na conversa cotidiana que é o berço da sociabilidade humana”. Para os propósitos deste texto, algumas ilustrações breves desse micro-fazer sociológico cotidiano serão suficientes para esclarecer o ponto de vista que aqui se defende.

Aqueles que estudam o funcionamento da narrativa na interação, que se empenham em reconhecer e descrever sua emergência na interação espontânea (GARCEZ, 2001), comumente se deparam com certas regularidades nas ações de contá-las e ouvi-las. A principal e mais natural delas é a sistematicidade e previsão, por parte dos interlocutores, da suspensão da troca de turnos necessária à introdução da narrativa na conversa. A expectativa da troca de turnos frequente e distribuída, pressuposta à conversa cotidiana, é quebrada sem que isso cause estranhamento ou perda de atenção da parte dos interlocutores (cf. GARCEZ,

2001). Um turno mais longo é naturalmente concedido ao falante que deseja contar a história, fato que explicita uma ideia de cooperação um tanto diferente daquela oriunda, por exemplo, dos estudos griceanos. Agora, a brevidade e a relevância, tomadas como resultado das máximas da comunicação advogadas por Grice, importam menos que o prazer de desenvolver e escutar histórias de vida. Se a ideia é relatar um acidente presenciado no caminho para o trabalho, por exemplo, não haveria modos mais econômicos, relevantes – e até sinceros! – de fazê-lo? Sobre a questão específica da sinceridade – que é outro modo de se falar em verdade, ainda que seja uma “verdade sobre intenções” –, me deterei mais adiante. Basta, por ora, lembrar do trabalho de Norrick (1997; 1998), que descreve situações igualmente comuns, em que o mesmo contador, para plateias diferentes, adapta indicialmente os elementos de sua história, moldando-a conforme as circunstâncias.

Outro fato empiricamente observável descrito por Garcez (2001) é o fenômeno das segundas histórias: as narrativas, quando iniciadas em conversas cotidianas, normalmente vêm em séries. Como num ritual de pajelança, outras histórias se seguem à primeira, como forma se solidarizar com o interlocutor, demonstrar compreensão acerca do que foi dito, explicitar envolvimento (TANNEN, 1989), ou simplesmente manter a fluência da conversa. O interlocutor “lembra de alguma coisa e, então, conta uma história semelhante à que foi contada”. Notam-se também, nesse tipo de situação, efeitos pragmáticos, ou de sentido, muito diferentes daqueles classicamente atribuídos à fala pelos modelos informacionais de comunicação.

E quanto às narrativas repetidamente contadas a interlocutores que já conhecem o seu conteúdo, ou que também presenciaram o evento narrado? Em que medida se pode afirmar que elas são cooperativas ou conformadas a um modelo comunicativo informacional em sentido estrito? Goodwin (1984) e Mandelbaum (1987) descrevem histórias co-narradas dessa natureza, geralmente introduzidas por prefácios do tipo “lembra da história do...”. De acordo com Garcez (2001), essas narrativas servem para marcar o pertencimento e exibir os valores do grupo; servem, portanto, à intersubjetividade, e a troca de informações é novamente periférica nesses casos. Os exemplos poderiam ser multiplicados.

Se, a partir dos estudos mencionados acima, concordarmos que as histórias não servem fundamentalmente para informar, temos então de concluir que esses discursos não servem como representação de um real que lhes antecede e sobrepõe. De fato, um segundo aspecto das narrativas aventado por Bruner (1990), é que estas, para além de manter vivos padrões e marcas identitárias do grupo, constituem-se como a maneira mais básica e natural de conformar a experiência em um padrão público de aceitação.

3 NARRATIVA E SIGNIFICAÇÃO

A esta altura, é possível confrontar os escritos de Bruner com algumas das principais questões/polêmicas acerca da questão do significado.

Segundo Martins (2002), e de maneira resumida, duas grandes correntes filosóficas se diferenciam na maneira como entendem a linguagem e os processos de significação. A primeira é visão representacionista da linguagem, que se origina dos escritos socráticos preocupados em caracterizar a linguagem como um instrumento a serviço da codificação de entidades autônomas (reais ou mentais, a depender das ramificações “realista” – tributária do pensamento platônico – ou “mentalista” – tributária da influência aristotélica) que se associam a suas unidades. Trata-se de uma relação entre dois tipos de unidade de estatuto diferente, as coisas do mundo (ou ideias sobre elas) e as palavras, responsável por servir de sinal às primeiras, seus significados. Tal relação entre duas entidades, o significado é, a um só tempo, (i) fixa e estável (o significado é imanente às palavras); (ii) hierárquica, isto é, as coisas do mundo ou os conceitos mentais são autônomos e sobredeterminam as palavras, sendo estas manifestações de superfície secundarizadas e dependentes do significado para existir; (iii) universal, porque as diferentes versões do representacionismo, embora disputem sobre qual seja a natureza do significado (real ou mental), concordam que, seja pelo compartilhamento do aparato sensível, da capacidade racional entre os homens, ou pelo fato de as coisas apresentarem uma essência, a comunicação está garantida, já que a codificação, ou tradução, de um conceito ou objeto do mundo real por parte de um locutor será decodificada pelo ouvinte de maneira incontroversa, apoiadas que estão nas relações estáveis de imanência e também no conjunto de regras que guiam o modo como a linguagem deve ser posta em uso; (iv) composicional, ou seja, a articulação de unidades em sintagmas maiores é regrada e se traduz em significado do todo relativamente motivado pelo somatório do significado das partes.

A segunda tendência é o pragmatismo inspirado no pensamento sofista de filósofos como Górgias e Parmênides, e mais contemporaneamente ecoados nas vozes de filósofos antiessencialistas, tais como Wittgenstein, Nietzsche e Heidegger³ e também Austin, os quais

³ Embora os encaminhamentos pragmáticos de Austin, Searle e Grice contemplem uma ancoragem no contexto e estejam sensíveis aos problemas de se tomar a linguagem como instrumento de representação, definido-a, especialmente Austin, como ação, algumas críticas têm sido apontadas por estudos interacionistas, entre elas: (i) a abordagem taxionômica dos atos de fala e das condições de felicidade, assim como das máximas conversacionais de Grice, que devem ser tomadas com atenção especial quanto ao relativismo cultural e às negociações situacionais; (ii) a preponderância do olhar somente para o que “viola” uma regra ou o que “abusa”, como se apenas o “misterioso” estivesse sujeito a interpretações rebuscadas (MARCONDES, 2005); (iii) uma

subvertem a visão acima esboçada sobre o significado. Sobre o pragmatismo e a adesão dos estudos discursivos a esse paradigma tratará a seção vi.

Os escritos de Bruner sobre narrativa posicionam-se contrariamente à visão representacionista da linguagem. Para além da crítica subjacente ao princípio da cooperação em Grice, em algum grau também comprometido com uma ideia de comunicação como troca informacional (cf. nota 2), Bruner ainda dialoga diretamente com a concepção fregeana, tributária do ideário representacionista realista sobre significação, a qual considera a declaração como forma mais legítima de codificar a linguagem, e, com o aparato da lógica, a analisa de acordo com critérios de verdade e falsidade. Parece legítimo supor que, para Bruner, seria absurdo considerar que a análise do significado se limite a construções declarativas, a serviço de nomear e descrever entidades extralinguísticas exteriores a ela. Isso porque o que se está reivindicando para as narrativas, são justamente outras funções, mais complexas e demonstradamente bem comuns na experiência cotidiana, relacionadas ao impacto emocional, às relações afetivas e culturais, que, sendo assim, não se submetem a julgamentos em termos de valores de verdade; e tampouco podem ser tomadas como desvio.

Sobre a ideia da composicionalidade, a saber, a que os significados de construções linguísticas são construídos sintagmaticamente, pela articulação do significado das partes, Bruner também se posiciona implicitamente, afirmando que as pessoas não lidam com o mundo evento por evento, ou sentença por sentença, mas o emolduram em estruturas maiores. O sentido das narrativas não é, então, a soma das suas partes, o resultado da articulação dos eventos nela sequenciados; elas em geral têm um ponto, justificado pelas contingências da interação, e são, portanto, *um* enunciado, ou um turno, um excerto, que geralmente é analisado como um todo.

certa dose de distinção entre o que é literal e o que não é, patente na distinção entre o que estaria passível de “inferências” e o que não estaria, e portanto ainda bastante comprometida com uma tradição semântica que marginaliza e cerceia as ocorrências que ameaçam uma estabilidade entre a ‘palavra’ e a realidade que ela alegadamente designa e (iv) sobre a presença da intencionalidade e do foco no ouvinte comuns às três teorizações, essas dimensões estariam posicionadas, entretanto, ainda dentro da metáfora instrumentalista da linguagem, segundo a qual o locutor é visto como agente de um processo que visa promover a decodificação – agora não só do conteúdo mas também da intenção –, na mente de um receptor, o qual, por sua vez, só não é passivo porque infere sentidos, ainda que não contribua para sua construção. Nas palavras de C. Martins (2006:06), o ouvinte embora contemplado nas representações do processo comunicativo, “constitui [-se] apenas [como] uma projeção das atitudes do falante”.

4 NARRATIVA E IDENTIDADE

Mais acima, a pesquisa sobre narrativa foi brevemente apresentada como uma forma de análise de discurso alinhada a correntes da microssociologia as quais privilegiam o “infinitamente pequeno” como lócus de investigação. Isso porque somente a partir da observação da interação seria possível entender os novos objetos sociológicos, a saber, os modos como as pessoas atribuem valor simbólico ao que é dito e feito nos encontros sociais (cf. SHIFFRIN, 1994; GUMPERZ, 1982), bem como projetam identidades para fins locais de performance (GOFFMAN, 1959; 1981).

Tais reflexões sobre a atualização das identidades nas interações tendem a considerar, em primeiro lugar, como já foi dito, as discussões sobre a pluralidade do sujeito contemporâneo (HALL, 1999), que projeta múltiplas possibilidades identitárias, em constante processo de atualização (MOITA LOPES, 2002), a depender das práticas e comunidades discursivas com as quais se engaja. Essas ideias tendem a aderir ao paradigma do construcionismo social como espírito epistemológico (MOITA LOPES, 2006; FABRÍCIO, 2006), uma vez que entendem que o entendimento do mundo, os sentidos – e as identidades – se formam à medida que as pessoas os discutem, os escrevem e os contestam: “qualquer critério de atribuição de sentido à existência de coisas, eventos e experiências ocorre no âmbito linguístico-semântico” (FABRÍCIO, 2006).

Embora Bruner não esteja, a este momento, ocupado com as questões especificamente sobre identidade e também não assuma, explicitamente, a bandeira construcionista, anuncia desde o primeiro parágrafo de seu texto que o significado e os *processos envolvidos em sua construção* constituem o tema central dos estudos da psicologia humana. Afirmar que significados são construídos é negar um sentido universalmente válido às ações humanas, que possa ser recuperado a partir de sua análise e destituir o conteúdo léxico gramatical da função tradicionalmente assumida de codificar as exterioridades, assumindo para a linguagem uma potência criadora.

Sob o olhar de Bruner, e essa é a sua contribuição para o debate, a memória de nossas experiências (as quais relatamos nas narrativas) são moldadas e entendidas pela participação em sistemas simbólicos de cultura. Mesmo nossa biografia é entendida a partir dos “sistemas culturais de interpretação”. E é por conta da atualização constante dos fatos sociais/biográficos na cultura, a partir das práticas de interação, que os significados alcançam uma forma pública (“não-autística”, nas palavras do autor). De forma que, dialogicamente, como queira a microssociologia, o que chamamos de cultura é moldado pelas interações e

também construído nelas. Defende então uma psicologia cultural, *folk*, ancorada na produção do senso comum, num esforço de redirecionar a revolução cognitiva que tendeu a localizar a cultura na mente, na biologia. Podemos, então, apenas acreditar que o mundo e seus eventos sejam organizados da forma como o concebemos, e a narrativização dos fatos, ao invés de fundamentada no real, está nos cânones culturais e serve, ademais, para alimentá-los ou negociá-los. Uma história, que geralmente só existe porque tematiza algo surpreendente, passível de ser contado, seria a montagem de um mundo possível, em que se apreende excepcionalidade ou o extraordinário como verossímil (uma pessoa que se depare com um funcionário dos correios, por exemplo, vestido com as cores da bandeira nacional e portando confetes e serpentinas, ao narrar o ocorrido, atribuirá causalidades que tornem o acontecimento verossímil; poderá supor que se trata de um louco, ou que fosse o dia algum feriado nacional de que não se deu conta⁴). Enfim, o narrador conformará o extraordinário dentro de padrões de aceitabilidade, porque a própria estrutura sequencial da narrativa exige o apontamento de uma causalidade que precisa “fazer sentido”).

Deve ficar claro que, na visão de Bruner, dependemos da narrativa para criar padrões de crenças; ela é um aparato para tornar experiências significativas. Ou pacíficas. Fazer as histórias “terem sentido” convoca, como se disse, muito mais verossimilhança que verdade, isso porque o importante, segundo esses estudos, é encaixar a experiência nos modelos de normalidade comuns a nossos pares.

Retornando agora às polêmicas sobre o significado, parece também legítimo supor que, quando aborda a “potência demiúrgica” das narrativas, Bruner está novamente negando relações de co-pertencimento entre unidades linguísticas e realidades externas; a linguagem não representa essencialmente o real; não corresponde fixa e objetivamente ao seu referente; antes, ela é cambiante e determinada pelas determinações extralinguísticas culturais e situacionais, não por desvio, mas por vocação.

A insistência do autor na centralidade da cultura e na negação da psicologia informada pelo cognitivismo deixa transparecer que o mentalismo especialmente é seriamente posto à prova quanto ao argumento da universalidade. Se, para os mentalismos, embrionário e recentes, uma capacidade racional inata e comum a todos estaria na base da estabilidade na relação entre nomes e significado, na visão de Bruner esta está sempre sujeita a acordos e consensos sociais, pois o modo como percebermos o mundo, centralmente marcado pela cultura, está sujeito à intensa variabilidade. Fica claro também que, se sujeito à variabilidade,

⁴ O exemplo é de Bruner (1990).

o significado nessa visão não pode ser imanente. É pressuposto dos trabalhos interacionistas, desde Gumperz (1982), que o conteúdo léxico-gramatical se esvazia frente a determinações contextuais culturais e situacionais. Ao contrário de se pensar que os significados emergentes são extensões, desvios ou metáforas de um significado original que more fora da linguagem, admite-se, como faz todo o movimento de rejeição ao essencialismo, que o significado literal é uma *sensação* originária de sintonias, espontâneas ou forçadas nas esferas sociais, mas sempre revogáveis.

5 NARRATIVA E JOGOS DE LINGUAGEM

A partir do entendimento de que a narrativa “cria” e realiza ações sociais, ao invés de simplesmente sequencializar eventos reais, Bruner tacitamente marca a adesão de suas reflexões à visada pragmática, tomando o significado como ação.

O ideário pragmaticista sobre a linguagem, como já se disse, origina-se nos textos dos sofistas, que tinham a valorização da estética e a relativização da verdade, tomada como doxa, como pedra de toque responsável pelos encaminhamentos posteriores que tendem a desestabilizar a ideia de precedência da declaração e da nomeação como funções essenciais da linguagem, e conseqüentemente, encharcar de problematizações as ideias sobre significados de decorrem da visão instrumentalista. A voz de Górgias no *Sexto empírico*, por exemplo, destacava a incomunicabilidade da linguagem com o real.

Em reformulações recentes, conforme Marcondes (2005), tem-se que o significado é uma função do contexto, não sendo fixo, nem imanente à palavra. São os diferentes contextos que determinam os sentidos, tomados como efeitos da linguagem. Na formulação da noção de jogos de linguagem, de Wittgenstein, há o fundamento dessa hipótese mais recente sobre a significação.

No argumento wittgensteiniano (a partir de MARTINS, 2002), as cenas que abrem *Investigações filosóficas*, como a de um jovem Santo Agostinho aprendendo o nome das coisas, ilustram apenas uma das funções da linguagem – a nomeação –, quem sabe a mais básica e primitiva delas. O que chamamos de linguagem é mais que isso, e pode ser metaforizado na tradicional imagem do jogo, que, sob o olhar do filósofo, tem contornos bastante diferentes daquele divulgado por Saussure: se alguém nos dissesse que jogar consiste em empurrar coisas em um tabuleiro, poderíamos objetar, – *Seria esse o único tipo de jogo existente? “Nem todos os jogos são assim”...* (IF §3).

Se buscarmos uma única propriedade que seja comum (suficiente ou necessária) a todas as manifestações daquilo que entendemos por ‘jogo’, nos deparamos com a impossibilidade da tarefa. Jogos como ‘roleta russa’ ou ‘paciência’ apresentam-se como contraprovas para os traços mais evidentemente apontados, tais como ‘diversão’ ou ‘competição’, respectivamente. Assim seria também o fenômeno da significação: “os vários usos de uma palavra não se organizam de modo estável em torno de um núcleo comum; constituem, tipicamente, em vez disso, “uma complexa rede de similaridades que se sobrepõem e se entrecruzam”, sem apresentarem “qualquer coisa que seja comum a todos” (IF § 66 *apud* MARTINS, 2002).

Assim também, conforme busquei alinhar na exposição sobre o trabalho de Bruner, associar uma palavra a uma imagem mental ou a um objeto do mundo real parece ser apenas o que acontece em uma cena específica de uso de linguagem; mas as cenas são várias, assim como é vária a função da linguagem em cada uma delas. É preciso, então, conhecer a cena, a situação, para saber qual é a função da palavra, da expressão, do turno, do enunciado. A codificação é, como já se disse, a faceta mais simples da linguagem, que pode se complexificar exponencialmente assim como se complexificam as situações em que diariamente nos engajamos. Ainda de acordo com Wittgenstein, e como os que o acompanham na tomada da linguagem como ação, é na práxis, no uso, que está o nascedouro da significação.

A adesão a esse pensamento é consequente: se, conforme parece ser possível deduzir do pensamento de Wittgenstein, é no seio das práticas humanas que se pode aferir significado às expressões, toda análise que busque fazê-lo alinha-se com o que se convencionou chamar de pragmática. Esvazia-se, assim, a distinção desta com a semântica, típicas nos manuais formativos de Linguística, uma vez que até nas cenas nomenclaturistas tem-se configurada uma prática.

Retornando à reflexão sobre narrativas que emergem de contextos espontâneos, informadas pelas reflexões pragmaticistas, tem-se que estas, como todo tipo de discurso, servem a muitos propósitos e dinâmicas comunicativas, a maioria delas totalmente desvinculada do propósito nomenclaturista agostiniano.

E Bruner parece resolver, em sua formulação, um (aparente) problema que a esta altura poderia se impor. Conforme seguintes questões (re)formuladas a partir de Martins (2002), *diante de tanta indeterminação atribuída ao sentido, o que significa para a linguagem, em geral, e para as narrativas em particular, ser um fenômeno regulado?*

Formulado de outra maneira, *o que garantiria o engajamento incontroverso dos atores nas cenas?*

A resposta de Wittgenstein é que a estabilidade está num acordo de “formas de vida”; nas explicitações da habilidade de jogar; no que publicamente demonstramos ao nos engajarmos em situações cotidianas. Isso quer dizer que essa estabilidade é contingente, isto é, sempre flutuante em função de variáveis sócio-históricas, não se fundam em propriedades naturais da comunicação, mas são reconhecidas porque herdadas como os nossos costumes, familiares e naturalizados (MARTINS, 2002). Ou: sabemos quais são as regras porque é culturalmente normal segui-las, o que não nos impede de recriá-las nas brechas para transformação dos consensos.

A familiaridade de que fala Wittgenstein se identifica, então, de algum modo, com a ideia de “normalidade” oriunda da explicação microsociológica sobre o que é usar a linguagem e, particularmente sobre o que é contar histórias em nossa cultura. Contar histórias é dominar uma práxis. É convencional pela presença frequente dessas atividades no cotidiano de determinadas culturas, e não parece que estejam comprometidas, em boa parte de seus usos, conforme se procurou argumentar acima, com um projeto de dizer apoiado na transmissão de informação codificada. A história é sempre verdade, ainda que seja mentira, porque o que a legitima é a adesão (ou rejeição) dos interlocutores a sistemas culturais públicos, e, retomando Górgias, ela faz ser o que diz. Quanto à narrativa, seus efeitos de verdade se fazem sentir na re-criação dos consensos sobre o que é ser comum, na cristalização de imagens identitárias que elas admitem, na forma como envolvem e dão prazer, seja pela “eufonia”(cf. ROUSSEAU, 1981) resultante de sua criação por vezes performática, seja porque comumente se constitui como estratégia de envolvimento conversacional, de demonstrar “empatia” (cf. QUINE, 1960) e manter um encontro social. Esses são alguns dos possíveis efeitos mais centralmente atribuíveis a esses discursos conforme eles aparecem nas circunstâncias analisadas até hoje, e em que se teve o olhar para as molduras maiores das quais as narrativas eram parte.

O texto de Bruner, de certa forma, desafia os que constatarem a complexidade da interação e da construção de sentidos e permanecem perplexos diante dela. Nas suas palavras: “Não basta dizer que o significado é vago, a vagueza está nos olhos dos formalistas. Estamos além disso, agora”.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. “De Interpretatione”. In: ANGIOLI, L. (trad./org). **Ontologia e predicação em Aristóteles**. Campinas: Unicamp, 2000.

AUSTIN, J. L. “Performative Utterances”. In: URMSON, J. O.; WARNOCK, G.J. (org). **Philosophical papers**. Oxford: Clarendon Press, 2003.

BRUNER, J. **Acts of meaning**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

FABRÍCIO, B.F. “Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso”. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

GARCEZ, P. “Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana”. In: RIBEIRO, B.T.; LIMA, C. C.; LOPES DANTAS, M. T. (org). **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Ipub, 2001.

GOFFMAN, E. “A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social”. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org). **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: Age Editora, 1967 [1998].

_____. “A situação negligenciada”. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P.M. (org). **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: Age Editora, 1964 [1998].

GORGAS. “O tratado do não-ser”. In: CASSIN, B. **O efeito sofisticado**. São Paulo: Ed 34, 2005.

GRICE, H. “Logic and conversation”. In: COLE, P. (org). **Syntax and Semantics 9: Pragmatics**. New York: Academic Press, 1977, p. 113-128.

HALL, S. **Identidade social na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LEVINSON, S. “Activity Types and Language”. In: DREW, P.; HERITAGE, J. (org). **Talk at work: interaction in institutional settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MARCONDES, D. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MARTINS, H. “Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein”. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, v.4, n.2, p.9-18, 2002.

MOITA LOPES, L.P. “Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa”. In: Moita Lopes, L. P. (org.). **Por uma linguística indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

NIETZCHE, F. **Da retórica**. Tradução de Tito Cardoso Cunha. *In: Cadernos de tradução da USP*, número 4, São Paulo: Edusp, 1999.

QUINE, W. “The indeterminacy of translation”. *In: NYE, A. (org.). **Philosophy of language: the big questions***. Oxford: Blackwell [1960], 1998.

ROUSSEAU, J-J. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Trad. Fernando Guerreiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

SCHWANDT, T. “Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa”. *In: DENZIN & LINCOLN (org). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens***. Porto Alegre: Artmed, 2006.

WINKIS, Y. **A nova comunicação: da teoria social ao trabalho de campo**. São Paulo: Papyrus Editora, 1998.